CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 11 / 2015

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de
2 Santos – CMAS, realizada no dia **03 de novembro de 2015**, na sede da Casa de
3 Participação Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a
4 presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo
5 que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, às 9 horas, a Sra. Maria de
6 Lourdes Braz Joaquim Velasques, Presidente, cumprimenta e agradece a presença de
7 todos os presentes. **Item 1 – Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia**
8 **Geral Ordinária do dia 04/08/2015:** a ata foi aprovada com as alterações
9 apontadas nas linhas 97 a 99 pela Sra. Luci Freitas, colaboradora, que passa a ter a
10 seguinte redação: “... CIT - Centro Intersetorial de Triagem para atendimento a
11 pessoas em situação de rua, onde foi visitar e estava tudo arrumado e organizado,
12 pede então para que o Sr. Leandro Lapetina esclareça qual a diferença deste CIT (que
13 não está na Tipificação Nacional de Serviços e nem no SUAS) e o Centro POP.
14 **“Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia**
15 **01/09/2015** – A ata será apresentada na próxima AGO. **Item 2 – Cancelamento do**
16 **serviço de promoção da Integração ao Mercado de Trabalho – Projeto**
17 **Confeitaria/Pizzaiolo da Associação de Assistência à Infância Estrela Guia -**
18 Sra. Maria de Lourdes, presidente, informa que o representante legal da Instituição
19 esteve em reunião junto a Diretoria Executiva deste Conselho no mês de abril e
20 solicitou prazo para adequação da documentação de revalidação da inscrição o que
21 não foi cumprido. A Instituição foi comunicada por ofício quanto ao processo de
22 cancelamento e não se manifestou. Esclarecidas todas as dúvidas, a inscrição do
23 serviço foi cancelada. **Item 3 – Cancelamento do serviço de promoção da**
24 **Integração ao Mercado de Trabalho – Projeto Beleza e Auto Estima da**
25 **Associação de Assistência à Infância Estrela Guia** – Sra. Maria de Lourdes,
26 presidente, informa que o representante legal da Instituição esteve em reunião junto
27 a Diretoria Executiva deste Conselho no mês de abril e solicitou prazo de seis meses
28 para reestruturação do serviço conforme previsto na Resolução Normativa nº.
29 209/2011. Findado o prazo a Instituição foi contatada e comunicada por ofício sobre
30 o cancelamento. Não houve manifestação. Esclarecidas todas as dúvidas, a inscrição
31 do serviço foi cancelada. **Item 4 – Cancelamento do Serviço de Convivência e**
32 **Fortalecimento de Vínculos – Criança e Adolescente do Projeto Educacional de**
33 **Conscientização e Orientação – PROECO** – Sra. Maria de Lourdes, presidente,
34 informa que após análise da documentação para revalidação da inscrição e parecer
35 dos Conselheiros mediante visita à Instituição foi constatado que o serviço executado
36 atualmente pela PROECO está vinculado a Política de Educação. Isto posto, a
37 Instituição foi devidamente comunicada por Ofício e o cancelamento indicado.
38 Dirimidas todas as dúvidas, a inscrição do serviço foi cancelada. Neste momento, a
39 Sra. Maria de Lourdes, presidente, solicita a inversão de pauta e passa para o **Item 6**
40 **– Relato das Comissões Temáticas** informando que apenas a Diretoria Executiva
41 realizou reunião no mês de outubro e faz a leitura da Ata onde foi apreciado: o
42 Convite da Câmara Municipal de Santos para audiência pública referente ao Projeto
43 de Lei que estima a Receita e Fixa a Despesa no município de Santos realizado no dia
44 27/10/2015; apreciação do relatório de visita realizada a pedido da Promotoria de
45 Justiça Civil de Santos ao SEABRIGO-AIF em decorrência de denuncia realizada pela
46 usuária do serviço, Sra. Regina Helena Bellin. Cópia do relatório foi encaminhada à

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 11 / 2015

47 SEAS, com indicação de cópia também ao CMI; Informação sobre a reunião da
48 Diretoria realizada no dia 09/10/2015 junto com a SEAS para avaliação da Rede
49 Cofinanciada 2016, destacando a conquista da garantia de isonomia nos valores
50 adotados para os acolhimentos de crianças e adolescentes. A Diretoria deliberou o
51 envio de Ofício à Associação Casa da Criança de Santos informando que a tão
52 almejada isonomia foi conquistada após reuniões e muito diálogo junto à SEAS desde
53 2014, na pessoa da Sra. Secretária Rosana Russo que sempre esteve aberta à
54 garantia de tratamento igualitário. Sra. Maria de Lourdes agradece o empenho da Sra.
55 Secretária nesta conquista; Informação sobre reunião realizada no dia 23/10/2015
56 junto com a Sra. Magali Freitas da SEAS sobre o reordenamento do Serviço de
57 Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos equipamentos governamentais. A
58 Diretoria solicita a apresentação do material da Sra. Magali Freitas na AGO de
59 dezembro de forma esclarecer o serviço aos Conselheiros. Solicita também a
60 Comissão IV a elaboração de Resolução que normatize as ações deste serviço no
61 município de Santos; A Diretoria solicita o envio de Ofício à SEAS para apresentação
62 do relatório das atividades realizadas pela Instância de Controle Social do Programa
63 Bolsa Família; A Diretoria solicita envio de Ofício ao Fundo Social de Solidariedade
64 para informações sobre a inauguração da II Vila Criativa pelo município de forma a
65 esclarecer as ações, uma vez que a Vila Criativa está vinculada à CODESO-SEAS;
66 Informada a finalização do CENSO SUAS Conselho no dia 21/10/2015 que está a
67 disposição dos conselheiros. **Item 5 - Apreciação e Deliberação para a Rede**
68 **Cofinanciada 2016** - Sr. Leandro Lapetina, coordenador da COGESUAS, apresenta a
69 Rede a ser cofinanciada no exercício 2016. Esclarece que a correção (aumento) foi
70 pensada considerando a projeção da inflação e nos casos dos acolhimentos de
71 criança e adolescente foi considerada também a necessidade de isonomia. Dentro da
72 Proteção Social Básica temos: PROVIVER com valor total em 2015 de R\$ 71.800,00 e
73 a proposta para 2016, considerando a projeção de 10% da inflação, o valor de R\$
74 78.980,00; GALP com valor total em 2015 de R\$ 141.600,00 e a proposta para 2016,
75 considerando a projeção de 10% da inflação, o valor de R\$ 155.760,00;
76 EDUCANDÁRIO SANTISTA - SALÃO AUTOESTIMA com valor total em 2015 de R\$
77 124.800,00 e a proposta para 2016, considerando a projeção de 10% da inflação, o
78 valor de R\$ 137.280,00; APAE com valor total em 2015 de R\$ 63.600,00 e a proposta
79 para 2016, considerando a projeção de 10% da inflação, o valor de R\$ 69.960,00
80 (esclarecendo que o atendimento previsto é para 50 pessoas); 30 DE JULHO com
81 valor total em 2015 de R\$ 82.680,00 (esclarecendo que o atendimento previsto é
82 para 65 pessoas) e a proposta para 2016, considerando a projeção de 10% da
83 inflação, o valor de R\$ 90.948,00; EDUCANDÁRIO SANTISTA - ARTESSÊNCIA com
84 valor total em 2015 de R\$ 513.000,00 permanecendo como proposta para 2016, o
85 mesmo valor após análise da equipe; na Proteção Social Especial temos: ASPPE
86 (SERVIÇO DE ABORDAGEM) com valor total em 2015 de R\$ 400.000,00 e a proposta
87 para 2016, considerando a projeção de 10% da inflação, o valor de R\$ 440.000,00;
88 No caso dos acolhimentos a proposta pensada para aumento teve como base o
89 percapta que atenda o serviço e a necessidade de isonomia. Neste raciocínio foi
90 considerado o maior valor pago de convênio, que no caso era o da CASA VÓ
91 BENEDITA com valor total em 2015 de R\$ 502.263,00, dividimos este valor pelo
92 número de meses e crianças atendidas chegando-se ao valor percapta de R\$

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 11 / 2015

93 2.100,00 a ser adotado em 2016 para todos os acolhimentos de criança e
94 adolescente. Isto posto a proposta ficou: CASA VÓ BENEDITA com valor total em
95 2015 de R\$ 502.263,00 e a proposta para 2016, considerando o percapta calculado
96 para atender 20 crianças/adolescentes, o valor de R\$ 504.000,00. CASA DA CRIANÇA
97 com valor total em 2015 de R\$ 240.000,00 e a proposta para 2016, considerando o
98 percapta calculado para atender 20 crianças/adolescentes, o valor de R\$ 504.000,00;
99 ANÁLIA FRANCO com valor total em 2015 de R\$ 301.420,00 e a proposta para 2016,
100 considerando o percapta calculado para atender 12 crianças/adolescentes, o valor de
101 R\$ 302.400,00; o LAR SANTO EXPEDITO é regido por Lei Municipal, sendo este um
102 regime diferente, pois a Lei obriga a SEAS a manter convenio com o valor percapta
103 estipulado por esta Lei que é de R\$150,00. No caso do atendimento a pessoa em
104 situação de rua pensou-se também num percapta que atenda o serviço. Como a Casa
105 das Anas (VIDAS RECICLADAS) atende mulheres com crianças, o percapta
106 considerado foi maior que o da casa de passagem que é o serviço executado pelo
107 ALBERGUE NOTURNO. Seguindo esta consideração a proposta ficou VIDAS
108 RECICLADAS com valor total em 2015 de R\$ 473.950,40 e a proposta para 2016,
109 considerando o percapta calculado em R\$ 1.800,00 para atender 24 usuários, o valor
110 de R\$ 518.400,00; ALBERGUE NOTURNO com valor total em 2015 de R\$ 420.000,00
111 e a proposta para 2016, considerando o percapta calculado em R\$ 1.000,00 para
112 atender 50 usuários, o valor de R\$ 600.000,00; CASA DO PARAPLÉGICO (Residência
113 Inclusiva) com valor total em 2015 de R\$ 330.000,00 e a proposta para 2016,
114 considerando o percapta calculado em R\$ 2.800,00 para atender 10 usuários, o valor
115 de R\$ 336.000,00; 30 DE JULHO (Residência Inclusiva) com valor total em 2015 de
116 R\$ 330.000,00 e a proposta para 2016, considerando o percapta calculado em R\$
117 2.800,00 para atender 10 usuários, o valor de R\$ 336.000,00; MENSAGEIROS DA
118 LUZ teve o valor total de repasse em 2015 de R\$ 100.000,00. Considerando que o
119 serviço não é tipificado visto que a política reconhece apenas o atendimento
120 (acolhimento) à pessoa com deficiência na modalidade de residência inclusiva, a
121 necessidade de revisão da tipificação, a necessidade em se aprofundar nas discussões
122 neste tipo de acolhimento, a proposta é de se garantir o recurso para 2016 no
123 mesmo valor de 2015. SÃO VICENTE DE PAULO com valor total em 2015 de R\$
124 159.401,20 e a proposta para 2016, considerando a projeção de 10% da inflação, o
125 valor de R\$ 175.341,00. Após a explanação e dirimidas todas as dúvidas, a rede foi
126 aprovada. **Item 7 - Informes do Gestor.** Não houve. **Item 10 - Informes do CMAS**
127 - Sra. Adriana Lopes informa que este Conselho iniciará o processo eleitoral para
128 recomposição dos segmentos da sociedade civil para a gestão 2016/2017. Solicita
129 que as instituições com serviços, programas, projetos inscritos fiquem atentas à
130 publicação da Resolução Normativa, assim como, os serviços que encaminham os
131 representantes de usuários e trabalhadores. Sra. Maria de Lourdes, presidente,
132 informa a necessidade em se formar uma comissão eleitoral. Fica deliberada a
133 seguinte composição: Maria de Lourdes Velasques, Leandro Lapetina, Flávia
134 Valentino, Adriana Lopes e Antônio Peres Neto. **Item 11 - Assuntos Gerais** - Sra.
135 Luci Freitas, colaboradora, pede a palavra e pede que seja colocado em Ata. Informa
136 que a notícia saiu no jornal, sobre a Casa da Criança. Esclarece que não é contra a
137 Casa da Criança. Está se aprofundando neste assunto para ver o que se pode fazer.
138 Informa que já apresentou a situação para o CMDCA. Faz a leitura do artigo do jornal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 11 / 2015

139 Diário do Litoral do dia 21/10/2015: Sra. Rosimeire da Silva Palmieri recebeu um e-
140 mail da direção da Casa da Criança comunicando que o espaço utilizado pelo projeto
141 social Brasil Futuro ocorrerá até o final de outubro. Em novembro o espaço será
142 utilizado por uma empresa que gerencia estacionamento para carros de turistas de
143 cruzeiros. O projeto atende 250 crianças, estou falando o que está no jornal...(sic),
144 todos os professores são voluntários, até falei com alguns, por isso estou falando
145 neste assunto. Os alunos estão disputando campeonatos de futebol de salão em
146 diversas em diversas categorias no município. Não é apenas jogar futebol, promove
147 o convívio, tudo o que o esporte pode fazer. Esse pessoal do projeto social Brasil
148 Futuro paga as contas de luz, reformaram o telhado e pintaram o espaço. Para
149 manter o projeto eles não cobram nada da molecadinha porque eles não têm
150 recursos. Já tem criança até da zona noroeste. Então, assim, dentro do CMDCA eu
151 pedi para fazer um levantamento das verbas destinadas à essa Associação, o valor,
152 tempo, prazo, o que pode e o que não pode. E no CMAS vou pedir a mesma coisa. E
153 eu vou pedir Lourdes que você libere para que eu leia a pasta deles, o estatuto social,
154 quero que você me dê liberdade. Sra. Lourdes, presidente, esclarece que a
155 deliberação é feita pela plenária. Sra. Luci Freitas, colaboradora, diz que de acordo
156 com a Lei 11.257 – Acesso à Informação ela pode fazer isso. Sra. Lourdes, presidente,
157 informa que o pedido pode ser feito por escrito ao Conselho. Sra. Luci Freitas,
158 colaboradora, informa que pode ir ao Poupatempo solicitar o processo, que o
159 CMDCA já liberou e quer ver agora o CMAS. Sra. Lourdes, presidente, pede a palavra
160 e informa quanto ao questionamento das verbas destinadas à Casa da Criança, que a
161 mesma recebe do FMAS o repasse apenas para o serviço de acolhimento para 20
162 crianças. No que se refere ao acesso às informações da instituição, que a solicitação
163 seja realizada por escrito com agendamento de dia para consulta. Sra. Tânia,
164 conselheira e assistente social da Casa da Criança pede a palavra e informa ter
165 conhecimento da matéria publicada. Informa que não vai se estender no assunto,
166 mas que a colocação de que o projeto social Brasil Futuro paga a conta de luz , etc...
167 não é bem assim. Destaca que a Casa é voltada ao atendimento de criança e
168 adolescente sim, que a causa do projeto é nobre. Destaca que os recursos do
169 presente exercício não foram suficientes para cobrir as despesas. Que a Casa está
170 operando no vermelho e que esta medida foi adotada de forma a garantir o
171 pagamento do 13º salários dos funcionários. Esclarece que a Casa está aberta à todos
172 que tiverem dúvidas. Sugere o envio de ofício à Diretoria. A mesa Diretora do CMAS
173 solicita à Sra. Tânia que esclareça se haverá algum prejuízo as atividades da Casa.
174 Sra. Tânia esclarece que não, que nenhum dos serviços sofrerá prejuízo. Sra. Luci
175 Freitas, colaboradora, destaca que na diretoria da Casa hoje tem um vereador e que
176 eles possuem verba de R\$ 480.000,00 cada para fazer o que quiser. Se pelo menos
177 uns cinco destinasse verba, ajudaria. A SEAS continua fazendo coisa que não é dela.
178 Se a Casa precisa de dinheiro, se precisa alugar o espaço, vamos fazer um convênio.
179 O projeto Tam Tam conseguiu um convênio de R\$ 320.000,00. Aqui estamos falando
180 de crianças. Sra. Lourdes, presidente, pede a palavra e esclarece que este CMAS vem
181 discutindo desde 2014 a isonomia de valores. Que o CMAS vem fazendo o seu papel.
182 Sra. Rosekaine, eleita conselheira tutelar nesta nova gestão, pede a palavra e informa
183 conhecer o espaço da Casa, pois o filho joga no Portuários e os campeonatos
184 ocorrem no espaço cedido pela Casa da Criança. Esclarece, porque foi moradora do

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 11 / 2015

185 macuco, que o espaço também é utilizado para eventos da Casa. Pergunta se estes
186 eventos não podem ajudar a arrumar verba. Acredita que esse projeto seja um dos
187 únicos na região. Sra. Josenice, conselheira e coordenadora da instituição Albergue
188 Noturno, pede aos presentes que se atentem ao fato de se tratar de uma instituição
189 particular mantida pela maçonaria, Loja D. Pedro, assim como o Albergue Noturno
190 que é mantido pela Loja 7 de Setembro. Pede coerência com os fatos. A instituição é
191 particular e ela faz uso do espaço conforme suas necessidades. A exemplo do
192 Albergue Noturno, ele possui um espaço lateral imenso que está alugado ao Centro
193 POP e possui outra parte que está alugado para um estacionamento. Alugar
194 temporariamente o espaço não quer dizer que o serviço proposto, creche e
195 acolhimento, não esteja sendo realizado. Sabemos que não existe prejuízo. Sra.
196 Tânia, conselheira e assistente social da Casa retoma a palavra e informa que várias
197 reuniões foram feitas com a Diretoria da Casa e que se chegou a decisão que o
198 espaço será alugado neste período exatamente por não comprometer as atividades
199 da Casa. Acredita que com a isonomia dos valores para 2016 a Casa terá um respiro
200 nas finanças e tais medidas nem sejam mais necessárias. Coloca-se a disposição
201 para solicitar a um dos responsáveis da Casa que compareça a próxima AGO para os
202 esclarecimentos que ainda se fizerem necessários. Sra. Maria de Lourdes, presidente,
203 agradece à Sra. Tânia e informa que a Diretoria Executiva deste CMAS irá analisar a
204 necessidade da presença do representante da Casa. Sem mais assunto a tratar, a
205 Assembleia foi encerrada pela Presidente e eu Adriana Maria Fraga Lopes, lavrei a
206 presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pela Presidente, Sra. Maria de
207 Lourdes Braz Joaquim Velasques.

208

209

210 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Adriana Maria Fraga Lopes

211 Presidente

Secretaria Executiva